

Renda da agricultura recua. Até onde o agricultor familiar vai agüentar?

Marcos Antônio de Oliveira

1. Introdução

O presente texto apresenta o comportamento da renda da agricultura, com um recorte para a renda dos agricultores familiares na Região Sul do Brasil, desde 2004, bem como faz a projeção para o presente ano. Para dar conta disso, foram levantados os volumes de produção, os níveis de preços recebidos e pagos, bem como feitos os cruzamentos entre os dois últimos para a definição da relação de troca da agricultura. Além disso, foram levantadas as condições de obtenção de renda, a partir do balanço entre entradas e despesas de uma propriedade, cujos dados de produção e aquisição de insumos foram levantados pelo Deser.

Os dados apresentados revelam uma queda substancial da renda da agricultura e da agricultura familiar. Diante desta constatação e das perspectivas nada animadoras para a renda da agricultura em 2006, o texto termina com uma análise rápida do posicionamento do governo, principalmente em relação à política de comercialização, bem como com algumas indicações de políticas que julgamos pertinentes serem adotadas para a melhoria da renda dos agricultores no Brasil.

2. Renda bruta cai

A renda bruta do setor agropecuário, principalmente dos agricultores familiares, vem caindo pelo menos desde 2004. Com as perspectivas de produção e preços que até o momento podem ser feitas, a tendência é de novamente os agricultores amargarem perda de renda quando da comercialização da safra 2005/06.

Levando-se em conta um conjunto de produtos importantes para a agricultura familiar na Região Sul (arroz, algodão, feijão, milho, soja, trigo, carne suína e de frango, leite e fumo), pode-se verificar a tendência de queda nos rendimentos derivados desses produtos agropecuários. A renda total obtida pela agricultura brasileira foi de R\$ 73,16 bilhões na safra 2003/04, recuando para R\$ 58,9 bilhões em 2004/05 e, a continuar as expectativas atuais, de apenas R\$ 56,76 bilhões nesta safra. Assim, a renda deste ano será 3,6% inferior àquela da safra passada e 22,4% inferior à de 2003/04, de acordo com os cálculos do Deser.

Com exceção da soja e do feijão, os demais produtos mencionados apresentaram queda na renda bruta. No caso do feijão, até houve aumento nos preços, mas no primeiro o aumento na renda decorre unicamente da elevação da quantidade produzida, uma vez que seus preços recuaram sensivelmente. Da mesma forma, em relação à safra 2003/04, não há produto, à exceção do feijão, que não tenha perdido renda, com destaque para os cereais (arroz, milho, soja e trigo).

Brasil: Evolução da renda bruta da agricultura - em Reais (a partir dos preços nominais)

Produto	2004			2005			2006			Variações	
	Qtde. (mil t)	Preço (R\$/kg)	Valor Bruto (R\$ milhões) (a)	Qtde. (mil t)	Preço (R\$/kg)	Valor Bruto (R\$ milhões) (b)	Qtde. (mil t)	Preço (R\$/kg)	Valor Bruto (R\$ milhões) ©	C/B	C/A
Arroz	12.829,40	37,15	7.943,70	13.227,30	30,17	6.651,26	11.504,40	26,00	4.985,34	-25,05	-37,24
Algodão	1.309,40	18,26	398,50	1.287,70	13,07	280,51	1.002,50	15,06	251,63	-10,29	-36,86
Feijão	2.978,30	61,25	3.040,41	3.044,40	68,68	3.484,89	3.181,10	71,40	3.785,58	8,63	24,51
Milho	42.128,50	17,84	12.526,46	34.976,90	16,83	9.811,22	41.664,70	13,50	9.374,74	-4,45	-25,16
Soja	49.792,70	43,18	35.834,86	51.090,10	28,99	24.685,53	58.175,00	27,00	26.179,27	6,05	-26,94
Trigo	5.845,90	24,81	2.417,33	4.772,90	20,07	1.596,57	4.873,10	20,00	1.624,40	1,74	-32,80
Frango	8.408,50	1,40	196,20	9.144,90	1,36	207,29	9.144,90	1,25	190,52	-8,09	-2,89
Suíno	2.679,00	2,10	93,77	2.939,80	2,22	108,77	2.939,80	1,90	93,10	-14,41	-0,72
Fumo	852,00	3,88	826,46	840,00	3,82	802,22	800,00	3,86	772,02	-3,76	-6,59
Leite*	2.300,00	0,43	9.890,00	2.350,00	0,48	11.280,00	2.320,00	0,41	9.512,00	-15,67	-3,82
Total	-	-	73.167,68	-	-	58.908,25	-	-	56.768,61	-3,63	-22,41

Fonte: Conab, Seab/Deral; Icepa/SC e Emater/RS. Elaboração: Deser. *Preço por litro.

3. Preços recebidos recuam

Em alguns casos e algumas regiões, observa-se diminuição no volume de produção, mas o principal responsável pelo comportamento da renda é a queda nos preços. Do conjunto de produtos descritos aci-

ma, à exceção do feijão e do fumo, todos apresentaram um recuo nos preços no mercado interno entre 2000 e 2006. O pior desempenho é o do milho (-40,23%), seguido pela carne suína (-27,33%) e o leite (-24,44%), produtos importantíssimos para a composição da renda da agricultura familiar na Região Sul.

Evolução dos preços recebidos pelos agricultores no Paraná em fevereiro e média de fevereiro - Defl. Pelo IGP-DI/FGV/Fev/06

Produto	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 (a)	Variação (%)	Média (00/06) (b)	A-B (em R\$)
Algodão	16,34	15,61	12,41	22,05	22,75	13,25	13,14	-19,56	16,51	-3,37
Arroz	21,96	24,17	27,46	33,58	47,8	28,87	21,92	-0,18	29,4	-7,47
Feijão de Cor	40,95	69,05	67,42	104,65	64,49	65,01	73,12	78,58	69,24	3,88
Feijão Preto	40,91	59,98	83,81	71,6	55,08	68,53	63,89	56,16	63,4	0,49
Milho	21,06	12,11	16,73	23,49	16,5	13,44	12,59	-40,23	16,56	-3,97
Soja	31,64	28,11	32,73	48,1	47,3	27,14	25,41	-19,69	34,35	-8,94
Trigo	22,3	23,16	26,35	34,99	26,5	19,27	19,12	-14,23	24,53	-5,41
Frango	1,5	1,37	1,49	1,64	1,58	1,34	1,19	-20,46	1,44	-0,25
Suínos	2,15	1,78	1,94	1,77	1,96	2,54	1,56	-27,33	1,96	-0,4
Leite	0,5	0,42	0,35	0,44	0,43	0,47	0,38	-24,44	0,43	-0,05
Fumo	27,44	26,27	26,05	15,29	20,53	20,69	28	2,04	35,26	-7,26

Fonte: Seab/Deral e FGV. Elaboração: Deser.

O pior para os agricultores é que todos, nesse caso à exceção apenas do feijão, estão

atualmente com cotações em níveis inferiores aos da média do período compreendido entre os anos de 2000 e 2006.

O principal responsável por este comportamento dos preços é a elevada paridade cambial entre o real e o dólar, que reduz o custo para a importação de leite, milho, trigo e arroz e reduz a paridade de exportação dos produtos exportáveis, como algodão, soja, frango, suínos e fumo. Além disso, há problemas com a demanda no mundo, por soja e milho, além das carnes, que estão sendo afetadas negativamente com os problemas da “vacina louca”, da febre aftosa e agora, mais recentemente, da gripe aviária.

Como estes problemas devem continuar em 2006, os preços desses produtos devem permanecer baixos. Uma recuperação maior do mercado interno é aguardada pelos economistas e nas projeções econômicas, mas a continuidade de um real supervalorizado frente ao dólar já faz várias indústrias procurarem colocar ou deslocar suas plantas industriais para outros países (América Central, Argentina e mesmo China), o que deve dificultar uma recuperação econômica mais consistente num curto espaço de tempo.

4. Preços pagos aumentam

Se os preços recebidos pelos agricultores recuam, os preços pagos estão aumentando nos últimos anos no Brasil. No Paraná, por exemplo, dado o conjunto de insumos destacados no quadro abaixo, todos estes apresentaram elevação em seus preços desde o ano de 2000.

Merece destaque a evolução dos preços das sementes, que variam entre 90% a até 263%, seguida pela evolução das máquinas agrícolas, que variaram 133%. Este comportamento é o reflexo da profunda concentração do setor de biotecnologias que vem ocorrendo no país nos últimos anos. Esta concentração permite às empresas aumentar os níveis de preços aos agricultores, pois gozam de posição monopolista no mercado.

Outro insumo que merece destaque é a mão-de-obra, que aumentou consideráveis 124% desde 2000. Isto deve ser o reflexo da escassez de pessoal para o trabalho agrícola no rural brasileiro, principalmente em época de safra, oriundo das dificuldades de vida no campo, que fazem seus habitantes procurarem outras ocupações em outras regiões, geralmente nos médios e grandes centros urbanos, ou nos entornos destes.

Evolução dos preços pagos nominais pelos agricultores no Paraná em setembro (Em R\$)

Insumos	2000 (a)	2001	2002	2003	2004	2005 (b)	2006* (c)	Variações (%)	
								c/b	c/a
Adubo (04-30-16)- t	437,26	511,55	637,43	779,12	857,28	747,22	678,33	-9,22	55,13
Gramoxone (200 litros)	17,44	19,27	23,05	31,49	33,43	29,07	26,02	-10,50	49,20
Trifluralina (5 litros)	39,86	44,51	50,76	66,40	73,72	73,09	64,67	-11,52	62,24
Sem. feijão (50 kg)	60,80	121,99	140,25	168,01	151,89	160,79	164,28	2,17	170,20
Sem. Milho (20 kg)	61,34	74,36	75,52	104,84	121,53	127,55	134,77	5,66	119,71
Sem. Soja (50 kg)	24,24	40,94	47,72	63,22	98,39	79,40	68,09	-14,24	180,90
Sem. Algodão (30 kg)	45,45	60,00	80,00	150,00	152,45	149,80	165,00	10,15	263,04
Sem. Arroz (40 kg)	49,00	58,00	60,00	116,00	104,00	103,70	108,21	4,35	120,84
Sem. Trigo (50 kg)	21,81	30,73	39,57	60,75	42,35	42,25	41,54	-1,67	90,46
Conc. Suínos (kg)	0,56	0,61	0,74	0,88	1,00	0,92	0,94	2,17	67,86
Conc. Frango (kg)	0,63	0,69	0,83	1,00	1,20	1,08	0,91	-15,74	44,44
Mão-de-Obra (diária)	9,57	9,57	12,42	15,46	19,22	21,55	21,47	-0,38	124,35
Trator MF275- 75 cv	33.029,64	37.597,77	43.119,23	63.085,21	84.617,52	88.727,54	77.148,88	-13,05	133,57
Terra (Roxa mec.)- ha	3.736,69	4.681,60	6.364,09	8.743,59	12.413,16	11.092,80	9.901,77	-10,74	164,99

Fonte: Seab/Deral. Elaboração: Deser.

5. Relações de troca mais desfavoráveis

Com a situação de queda dos preços recebidos pelos agricultores, combinada com o aumento nos preços pagos pelos insumos, as relações de troca estão piorando para os produtores. Isto significa que, desde, 2000, os agricultores estão tendo que despende um volume maior de sua produção para a aquisição dos insumos. Isto ocorre para a relação praticamente entre todos os produtos do conjunto citado acima e seus principais insumos.

Novamente a situação da relação entre o produto e sua semente é a mais complicada.

O caso da soja é emblemático, uma vez que em 2000 o agricultor no Paraná necessitava vender 2,54 kg da oleaginosa para adquirir um quilo de semente do produto e, em 2006, necessita agora vender 153% mais, ou 6,45 kg para adquirir a mesma quantidade de semente de soja. O curioso é que, no caso soja, verifica-se uma alta concentração da produção de sementes, especialmente com a produção das sementes transgênicas.

Embora ocorra em menor intensidade, é ainda muito sensível este comportamento para os produtos como milho, e feijão. Para os setores de aves e suínos, como pode-se perceber no quadro abaixo, há uma melhora na relação desses produtos com o milho, mas isso ocorre em virtude dos baixíssimos preços deste cereal nos últimos dois anos e na atualidade.

Relação de troca - Quantidade (kg) necessário do produto para a aquisição da mesma quantidade do insumo

Ano	Feijão X Insumo			Milho X Insumo			Soja X Insumo		
	Semente	Adubo	Trifluralina	Semente	Adubo	Uréia	Semente	Adubo	Gramoxone
2000	1,98	0,71	12,99	16,09	2,29	2,49	2,54	1,60	0,32
2001	2,88	0,60	10,52	23,07	3,17	2,92	5,08	1,21	0,23
2002	2,58	0,59	9,34	14,92	2,52	2,20	3,77	1,04	0,19
2003	3,45	0,80	13,64	21,92	3,26	3,33	5,29	1,31	0,27
2004	4,10	1,16	19,90	24,26	3,42	3,89	7,86	1,49	0,29
2005	2,73	0,63	12,42	26,30	3,08	3,73	6,55	1,75	0,34
2006	2,68	0,55	10,54	31,91	3,21	4,11	6,45	1,59	0,31
Variação	35,19	-22,38	-18,82	98,38	40,07	65,30	153,63	-0,84	-4,64

Ano	Frango X Insumo		Suíno X Insumo		Leite		Trigo X Insumo		
	Milho	Concentrado	Milho	Concentrado	Milho	Feno	Semente	Adubo	Gramoxone
2000	0,70	2,31	4,15	2,06	0,70	0,46	2,17	2,18	164.462,94
2001	0,38	1,64	2,85	1,45	0,48	0,51	2,69	2,24	164.782,05
2002	0,41	1,35	1,72	1,20	0,79	0,46	2,77	2,23	151.118,80
2003	0,40	1,69	3,10	1,48	0,90	0,51	2,45	1,57	127.359,10
2004	0,44	2,08	4,64	1,74	0,63	1,00	2,14	2,16	213.411,15
2005	0,57	2,52	4,98	2,15	0,47	0,87	2,64	2,34	277.562,69
2006	0,50	2,13	3,68	2,20	0,56	0,72	2,59	2,11	240.464,04
Variação	-29,21	-7,68	-11,19	7,29	-20,00	56,52	19,35	-3,21	46,21

Fonte: Seab/Deral. Elaboração: Deser.

6. Renda líquida dos agricultores também cai

Com a base de dados dos preços recebidos e pagos pelos agricultores na Região Sul, e a partir dos dados com os gastos (por insumo) e de produção (por produto) sistematizados a partir dos levantamentos com mais de mil agricultores nesta Região, pode-se ter uma idéia do que está ocorrendo com a renda das unidades familiares de produção.

A partir de uma propriedade com 16 hectares, mas que cultivava 12 destes, sendo 4 com milho, 2 com soja, 4 com feijão e mais 2 destinados ao pasto para vacas leiteiras, verifica-se que sua renda está recuando nos últimos 4 anos. Em 2003 esta propriedade teve um total de entradas monetárias de R\$ 18,66 mil para um total de despesas em dinheiro de R\$ 4,8mil, resultando numa renda monetária líquida de R\$ 13,83 mil, o que dava uma renda mensal de R\$1,15 mil. Com a queda nos pre-

ços as entradas totais recuaram para R\$ 16,4 mil e os custos totais aumentaram para R\$ 6,34 mil em 2005, resultando numa renda líquida de apenas R\$ 10,15 mil.

A continuar as tendências de queda nos preços recebidos e aumento nos preços pagos neste ano, como já descrito acima, a expectativa é de uma entrada total para esta propriedade de apenas R\$ 15,62 mil, 16% abaixo daquela de 2000. Do lado dos custos, estes serão na ordem dos R\$ 6,29 mil, 30% acima daquele de seis anos antes. Com isto, a renda líquida monetária da propriedade deve ser de apenas R\$ 9,32 mil neste ano, 33% abaixo da renda líquida obtida em 2000.

Saliente-se que esta propriedade produz uma combinação de cereais com leite, onde um desses cereais é o feijão, produto que até tem apresentado elevados preços desde o ano passado. Se formos olhar para uma propriedade em que há apenas o cultivo de cereais, a queda na renda líquida fatalmente será ainda maior.

Balço entre renda total e custo de propriedades familiares -Planalto Serrano/SC – Em R\$

Produto	Renda				Variações	
	2003 (a)	2004	2005 (b)	2006 (c)	c/b	c/a
Feijão	10.678,20	7.150,00	8.702,20	8.864,70	1,87	-16,98
Milho	996,00	811,50	797,50	755,50	-5,27	-24,15
Soja	2.307,60	2.634,00	1.702,80	1.561,20	-8,32	-32,35
Leite	4.680,00	4.320,00	5.280,00	4.440,00	-15,91	-5,13
Total (a)	18.661,80	14.915,50	16.482,50	15.621,40	-5,22	-16,29
Produto	Custo				Variações	
	2003 (a)	2004	2005 (b)	2006 (b)	c/b	c/a
Feijão	1.060,76	1.456,48	1.250,00	1.432,48	14,60	35,04
Leite	2.145,08	2.354,24	2.482,78	2.455,56	-1,10	14,47
Milho	1.076,76	1.407,12	1.750,88	1.643,37	-6,14	52,62
Soja	548,62	627,66	841,30	766,30	-8,91	39,68
Total (b)	4.831,22	5.845,50	6.324,96	6.297,71	-0,43	30,35
Total (a-b)	13.830,58	9.070,00	10.157,54	9.323,69	-8,21	-32,59

Fonte: Seab/Deral, Icepa/SC e Deser. Elaboração: Deser.

Balço entre renda total e custo de propriedades familiares - Marmeleiro/PR – Em R\$

Produto	Renda				Variações	
	2003 (a)	2004	2005 (b)	2006 (c)	c/b	c/a
Fumo	13.600,00	14.144,00	14.960,00	14.688,00	-1,82	8,00
Milho	996,00	811,50	797,50	755,50	-5,27	-24,15
Soja	2.884,50	3.292,50	2.128,50	1.951,50	-8,32	-32,35
Total (a)	17.480,50	18.248,00	17.886,00	17.395,00	-2,75	-0,49

Produto	Custo				Variações	
	2003 (a)	2004	2005 (b)	2006 (b)	c/b	c/a
Fumo	2.649,36	2.918,00	2.350,00	3.260,00	38,72	23,05
Milho	1.076,76	1.407,12	1.750,88	1.643,37	-6,14	52,62
Soja	685,78	784,58	1.051,63	957,88	-8,91	39,68
Total (b)	4.411,90	5.109,70	5.152,51	5.861,25	13,76	32,85
Total (a-b)	13.068,61	13.138,31	12.733,50	11.533,76	-9,42	-11,74

Fonte: Seab/Deral, Icepa/SC e Deser. Elaboração: Deser.

7. A política agrícola, a opção do governo e a opção dos movimentos sociais

Com a situação descrita acima, praticamente a única saída para o aumento dos preços de mercado na atualidade é uma intervenção firme do governo na alavancagem dos preços agrícolas. Para isto, entretanto, muitos obstáculos existem.

Como é sabido por todos, o governo Fernando Henrique inaugurou no Brasil a política de privatização da comercialização. Para isso, extinguiu a vigência do EGF/COV e reduziu drasticamente os recursos aplicados em aquisições diretas através do AGF. Como não tinha mais interesse em carregar estoques, considerados muito custosos pelo pensamento liberal da social-democracia no Brasil, o governo, nos oito anos daquele governo reduziu drasticamente a capacidade de armazenamento de alimentos com a venda das estruturas de armazenamento em posse da Conab, bem como retirou paulatinamente desta a capacidade de definir o preço mínimo que seriam pagos aos agricultores. A velha PGPM (Política de Garantia de Preço Mí-

mo) que, se de um lado permitiu a muitos o enriquecimento até ilícito, por outro lado permitia aos agricultores terem a certeza, fazendo um EGF/COV, por exemplo, do recebimento, no mínimo, de um preço estabelecido mesmo antes do plantio.

Com as medidas tomadas pelo governo de Fernando Henrique, a PGPM hoje não existe. Poucos se pararam para perguntar o que isso significa. Este fim não foi realizado por conta de um governo “mau”, mas pela necessidade de continuidade do acúmulo capitalista, que se consegue transferindo um serviço estratégico, das mãos públicas para mãos privadas. O argumento de que o carregamento do produto é custoso não passa de falácia, de conversa para a “arraia miúda” poder assistir à novela e ao Jornal Nacional em paz, pois todos sabem que a produção de produto agrícola é sazonal, para uma demanda constante. Portanto, se a sociedade quiser continuar existindo terá que pagar pelo custo de carregamento de estoques. Assim, como a sociedade continua existindo, esta continua pagando por este carregamento. Um exemplo: o Brasil produz e consome perto de 40 milhões de toneladas de milho todo ano. Como a colheita desse volume ocorre entre fevereiro e julho, o consumo entre agosto e janeiro de cada ano

é possível com os estoques. A questão é saber quem carrega este estoque se não é o governo. Quem e como, recebe e faz a estocagem de pelo menos 20 milhões de toneladas de milho por praticamente 6 meses, se não é mais o governo? Com certeza são as empresas de logística de grãos (Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e suas subsidiárias, além de, no caso do milho, as agroindústrias de carnes, como a Sadia, Perdigão, etc) que compram a produção na baixa, na época da safra, e a revendem na época da entressafra. Este mecanismo, certamente, é um dos principais responsáveis pelos elevados lucros dessas empresas mundiais no Brasil. Ou seja, a privatização da comercialização foi e é mais uma maneira de garantir a acumulação de capital pela agroindústria.

Se antigamente o governo tinha mais condições de intervir no mercado com mais eficiência, hoje esta capacidade é ínfima, com o setor privado tendo toda condição de definir os preços pelos quais os agricultores vendem sua safra e tem que pagar pela safra de outro agricultor.

Esta situação tem que ser explicada porque o atual governo, de Lula da Silva, não foge, pelo menos até o momento, desta situação. Se o governo anterior mudou o estilo da intervenção pública no mercado, favorecendo o capital, inclusive com a criação de instrumentos privados de comercialização (PEP, VEP, Contrato de Opção), que exigem negociação em Bolsa de Mercadorias ou através das Cédulas de Produtores Rurais, que exigem patrimônio do agricultor e “reciprocidade” com o gerente do Banco do Brasil, instrumentos estes que favorecem quase que exclusivamente os grandes agricultores capitalistas, e não o pequeno, o governo Lula não superou esta lógica. De um lado, o atual governo continua a privatização da comercialização, colocando recurso público nela, favorecendo os grandes agricultores capitalistas, através da criação do Contrato de

Opção Privado, ou da criação do CDA (Certificado de Depósito Agropecuário), WA (Warrant Agropecuário), CDCA (Certificado de Direitos Agropecuários), LCA (Letra de Câmbio do Agronegócio) e CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), todos na realidade títulos emitidos por um banco, registrados nas Bolsas, que permitem ao seu emissor, o agricultor capitalista, pegar dinheiro num banco com a garantia da entrega de uma safra depositada num armazém ou negociar este título com investidores. O que o atual governo tem de diferente em relação ao anterior é que cria um novo instrumento de focalização de política, que são representados pelos instrumentos de comercialização exclusivos da agricultura familiar, inclusive com preços acima do preço mínimo (Compra Direta e Compra Direta Especial da Agricultura Familiar e a Compra Antecipada da Agricultura Familiar). Este seria um ótimo Programa se tivesse condições de ser para todos os agricultores familiares. Ocorre que não é e não será. Não é por insuficiência orçamentária e não será porque o governo tem avisado que sua intenção não é universalizá-lo, situação até certo ponto compreensível, haja vista a enorme quantidade de recursos que teria que dispor para tal.

Em 2005, o governo gastou perto de R\$ 100 milhões com os programas da agricultura familiar, mas estes acabaram beneficiando somente os agricultores diretamente envolvidos ou aqueles que estavam imediatamente no raio de atuação geográfica da organização, sem maiores condições de se generalizar. Para a safra 2006/07, os bastidores dizem da intenção do governo em dobrar o volume de recursos do PAA, criando possivelmente um instrumento que permita ao MDA operar, em conjunto com a Conab, a aquisição de estoques estratégicos para o governo oriundo da agricultura familiar, ao preço também acima do mínimo, ou para a formação de estoques de organizações da agricultura familiar, que

comprariam o produto na safra, formaria o estoque o venderia, pagando¹ em seguida o governo. Seria o início da possibilidade do MDA passar a operar a comercialização, coisa ainda vista como política social pelo governo.

Pelo que se vê, no essencial o governo Lula não superou o governo anterior pelo que tinha de pior, que ser sua visão focalista. Enquanto isso, se o agricultor não é agraciado com a participação em algum Programa, este vê sua renda recuar.

Devido a isto, não acreditamos que o governo vá tomar atitudes firmes no sentido de aumento dos preços aos agricultores. Os agricultores familiares precisam exigir do governo políticas universais de garantia de renda, única forma de permitir a renda para “todos” estes. Para isso, teria que pensar em: voltar a investir numa política de recomposição de preços mínimos, com a AGF para “todos” os agricultores; em ressuscitar o EGF/COV, em reinvestir na política de armazenamento. É evidente que estas políticas não significariam o fim do PAA, nem é isso que se propõe. Entretanto, a experiência até o momento demonstra que este tem que ser combinado com os instrumentos tradicionais de

comercialização se o governo quer de fato garantir renda aos agricultores.

Somente a forte organização dos agricultores vai permitir ao governo vencer a lógica privada na comercialização agrícola, haja vista que o atual governo até o momento ainda não inverteu a lógica definida pelo governo Fernando Henrique e não vai mudá-la, por conta própria, num ano eleitoral. Esta dificuldade do governo Lula em pensar para além do mercado é ainda mais crítica num ano de reeleição, pois baixos preços agrícolas, que se refletem em baixos preços dos alimentos nas cidades, rendem muitos votos da “arraia miúda”.

As organizações da agricultura familiar têm que exigir do governo a mudança estrutural da política de comercialização, ainda mais num ano eleitoral, onde se discute e está em jogo o futuro do Brasil e dos agricultores. Ou as organizações acham que a agricultura familiar vai agüentar até quando uma política que não garante as condições estruturais de garantia de preço e renda aos agricultores? Não esqueçamos que já são praticamente dezesseis anos, com diferentes nuances, mas todos dando continuidade à políticas que não garantem preços aos agricultores.

¹ A organização receberia o recurso e assinará a obrigatoriedade de devolver o dinheiro, nunca o produto, ao governo, no prazo estabelecido. O programa, que financiaria até R\$ 1 milhão para a organização, custaria 4% ao ano em operações até R\$ 250 mil, 6% ao ano em operações acima de R\$ 250 mil até R\$ 600 mil e 8,75% ao ano nas operações acima de R\$ 600 mil até R\$ 1 milhão.